

A DINÂMICA DAS RELAÇÕES ECONÔMICAS ENTRE BRASIL E CHINA: UMA ANÁLISE DO PERÍODO (2000-2015)¹

Israel de Oliveira Andrade²
Nilton de Almeida Naretto³
Alixandro Werneck Leite⁴

RESUMO

As relações econômicas entre Brasil e China ganharam uma nova dimensão neste início do século XXI, após o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio e sua progressiva aceitação como uma economia de mercado. Desde então, observou-se a intensificação das relações econômicas sino-brasileiras e, em especial, das trocas comerciais entre os dois países, a ponto de o país asiático tornar-se, desde 2012, o maior parceiro comercial do Brasil. Este artigo propõe-se a analisar a dinâmica das relações econômicas entre esses dois países desde a retomada oficial das relações diplomáticas em 1974 até 2015, com especial ênfase para a magnitude do comércio e as características da pauta de produtos comercializados entre os países nos últimos 15 anos e para as repercussões da desaceleração recente da economia chinesa sobre a economia brasileira.

Palavras-chave: Brasil-China; comércio internacional; diplomacia; economia internacional; política externa; política internacional; relações bilaterais.

THE DYNAMICS OF ECONOMIC RELATIONS BETWEEN BRAZIL AND CHINA: AN ANALYSIS OF THE PERIOD OF 2000-2015

ABSTRACT

The economic relations between Brazil and China have gained a new dimension in the beginnings of this century, after China's entry into the World Trade Organization and its gradual acceptance as a market economy. Since then, there was intensification of the Sino-Brazilian economic relations, and especially in the commercial trade between these two countries, at a level that the Asian country became, since 2012, the largest trading partner of Brazil. This article aims to analyze the dynamic of economic relations between these two countries since the official resumption of diplomatic relations in 1974 until 2015, with special emphasis to the commercial magnitude and the characteristics of the list of marketed products between the countries last 15 years and the impact of the recent slowdown of the Chinese economy over the Brazilian economy.

Keywords: Brazil-China; international commerce; diplomacy; international economy; foreign policy; international policy; bilateral relations.

JEL: F10; F13; F15.

1. Uma versão estendida deste trabalho será publicada como Texto para Discussão do Ipea, atualmente no prelo. Os autores registram um particular agradecimento pelos comentários e sugestões de Edison Benedito da Silva Filho, Ivan Tiago Machado Oliveira, Renato Coelho Baumann das Neves e Walter Antônio Desidera Neto, isentando-os de quaisquer erros ou omissões porventura remanescentes no texto.

2. Técnico de planejamento e pesquisa da Diretoria de Estudos e Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura (Diset) do Ipea.

3. Economista, Mestre em economia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

4. Pesquisador do Programa de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) da Diset do Ipea. Mestre em estudos internacionais pela Universidade do Chile.

1 INTRODUÇÃO

Um dos eventos econômicos mais importantes do período recente tem sido a expansão da economia da China e sua crescente relevância mundial. Desde o início do século XXI, com a abertura da China para o mundo, sua progressiva aceitação como uma economia de mercado e seu ingresso na Organização Mundial do Comércio (OMC), o país ampliou enormemente sua integração econômica – comercial, financeira e produtiva – com os mercados mundiais e vem sustentando altas taxas de crescimento econômico por um período prolongado de tempo. Todo esse processo repercutiu diretamente nas suas relações com o Brasil: *i*) a China passou a ser o maior parceiro comercial do país; *ii*) ampliou fluxos de investimento direto direcionados para o Brasil; e *iii*) estreitou a articulação econômica e financeira com nosso país por meio de várias iniciativas, entre elas o lançamento do agrupamento Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

Uma vez que a evolução do crescimento da China é em grande medida determinante para a trajetória do comércio exterior e de toda a economia brasileira, este artigo busca situar esse aprofundamento das relações econômicas e, em especial, das relações comerciais entre Brasil e China, mostrando a crescente relevância que a China passou a representar para o Brasil, para então buscar identificar as repercussões advindas desse novo contexto e os cenários potenciais associados à trajetória em curso de desaceleração do crescimento e da mudança dos vetores de expansão da economia chinesa.

A primeira seção deste texto faz um breve relato sobre o período compreendido entre 1970-2000, com o intuito de mostrar o ponto de partida do qual se deslança o desenvolvimento das relações entre os dois países. Em seguida, será tratada a relação bilateral sino-brasileira no período de 2001-2015, período subdividido em duas fases: *i*) a primeira de aceleração do crescimento da China (2001-2013); e *ii*) a fase atual de reestruturação e desaceleração econômica daquele país (2014-2015). Por fim, apresenta-se uma seção de conclusões e comentários finais.

2 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-CHINA ENTRE 1970-2000

A relação bilateral Brasil-China durante a década de 1970 pode ser considerada bastante tímida. Como destaca Becard (2011), o governo brasileiro, no contexto de uma política externa de orientação ideológica fundamentada no pragmatismo responsável e identificada com a cooperação Sul-Sul, pretendeu ampliar o relacionamento econômico com os chineses. Em 1974, o reconhecimento brasileiro apenas da China continental como Estado foi o marco inicial nas relações entre os dois países. Em 1979, ocorreu a assinatura do primeiro acordo comercial bilateral. Entretanto, careciam por parte da China condições econômicas e políticas para empreender internacionalmente e ampliar sua corrente de comércio. Faltava também infraestrutura para exportar e importar produtos. Dessa forma, as trocas de bens entre os dois países eram irrisórias: em toda a década, o valor exportado do Brasil para a China somou apenas US\$ 642 milhões (0,6% do total) e o valor importado com origem na China foi menor ainda, somente US\$ 103 milhões.

A situação interna na China começou a mudar a partir das mortes, ambas em 1976, de Mao Tsé-Tung e de Zhou En-lai, "premier" da República Popular da China de 1949 até então. A ascensão de Deng Xiaoping ao poder simbolizou um período de profundas mudanças, com reformas econômicas, modernização da agricultura e indústria e aumento da recepção dos investimentos externos e da corrente de comércio exterior. Anos depois, o sistema internacional presenciou uma transformação pautada por relevantes eventos como o fim da União Soviética e do sistema permeado pela Guerra Fria.

De acordo com Becard (2011), as ações adotadas por Xiaoping no final do século XX (décadas de 1980 e 1990) representaram um passo para a China ser modernizada em seus diferentes domínios, com estratégia agressiva no tocante ao mercado internacional e à atração de investimentos diretos externos. A China nesse período destacou-se pelo crescimento interno (a expansão do produto interno bruto (PIB) foi de mais de 9,5% ao ano (a.a) em média entre 1990-1999) e consolidou-se como receptora de investimento direto industrial. Segundo de Negri (2005), com tal ritmo de crescimento contínuo do PIB e ampla oferta de mão de obra (população de 1,3 bilhão de pessoas à época e intenso movimento de êxodo rural gerador de mão de obra), a China tornava-se a sexta maior economia do mundo e sua participação nas importações dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) crescia de 0,7% do total, em 1980, para 6,9%, em 2002. Nonnenberg (2010) assinala que a política, iniciada no período, de criação de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), polos de produção industrial e de geração de tecnologia, inicialmente em Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen e depois em mais outras regiões, contribuiu para o robustecimento econômico.

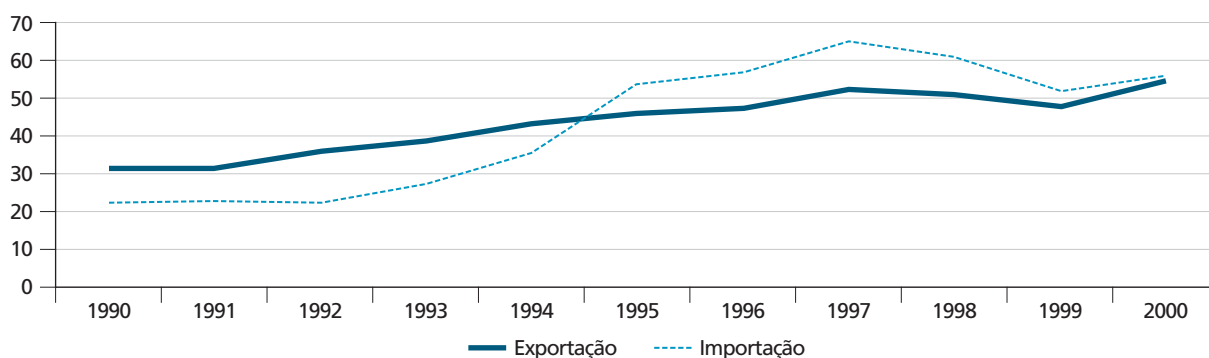
Nessas novas circunstâncias, o relacionamento bilateral brasileiro-chinês ganhou novas perspectivas, em linha com o interesse por parte da China em expandir as suas relações com outros países, para além de Estados Unidos e Japão, e de se posicionar como um regime econômico mais aberto. Houve aumento substancial do comércio entre os países, e o comércio bilateral cresceu cerca de dez vezes, na comparação com a década de 1970. Na segunda metade da década de 1990, exportações e importações anuais superavam a marca de US\$ 1 bilhão.

Em um momento em que o Brasil abriu partes da economia, no contexto do consenso de Washington, os chineses passaram a ser o segundo parceiro econômico brasileiro na Ásia, depois dos japoneses. Mesmo com a prioridade brasileira para relações comerciais na região do Cone Sul, ao se aproximar de seus vizinhos Argentina, Uruguai e Paraguai para construir o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e preparar-se para a formação da Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e para a abertura comercial multilateral, ainda assim, a participação do valor exportado para a China no total do Brasil cresceu suavemente (de 1,5% na década de 1980 para 1,8% na década de 1990). Também houve grande interesse brasileiro pelos produtos chineses, especialmente por combustíveis, máquinas e produtos químicos. Essa mudança de patamar pode ser visualizada no gráfico a seguir do sistema de dados do WITS/Comtrade.⁵

GRÁFICO 1

Exportações e Importações globais brasileiras (1990-2000)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

5. Houve sensível oscilação no comércio bilateral na segunda metade da década de 1990 por conta das crises financeiras então ocorridas: i) crise mexicana em 1995; ii) crises russa e asiática em 1997 e 1998, respectivamente; e iii) crise brasileira em 1998 e 1999, marcada pelo fim do sistema de bandas cambiais e pela desvalorização da moeda local.

O relacionamento econômico Brasil e China também avançou na década de 1990, no setor de serviços, de acordo com Becard (2011, p. 35), com a tentativa de participação por empreiteiras brasileiras como a Andrade Gutierrez e a Companhia Brasileira de Projetos e Obras (CBPO), nas construções de usinas hidrelétricas. Além disso, conforme relatado por de Oliveira (2004), a partir de 1993, também aprofundou-se a cooperação em projetos de ciência e tecnologia. A motivação brasileira para ampliar as suas parcerias com países da região Ásia-Pacífico no campo de ciência e tecnologia lastreava-se em dois pontos: *i*) associar-se com uma região vista como “um modelo de desenvolvimento econômico e científico-tecnológico”, em pleno surgimento e ascensão dos Tigres Asiáticos; *ii*) estreitar relações com países de perfil semelhante, que pudessem defender posicionamentos coincidentes com o Brasil em fóruns multilaterais. No caso da China, destaca-se o acordo de cooperação para desenvolvimento e lançamento de satélites, o Programa do Satélite Sino-brasileiro de Recursos Terrestres (CBERS), com o primeiro lançamento programado para outubro de 1999.⁶

3 AS RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL-CHINA ENTRE 2001-2015

A passagem para o novo século abriu novas portas para os negócios sino-brasileiros e propiciou novas facetas para as relações bilaterais entre os países. Gradativamente, com a superação das crises financeiras asiática e brasileira, o ingresso da China na OMC, a expansão da produção, da demanda e das condições de logística para o comércio de ambos os países e o melhor conhecimento dos respectivos mercados ampliou-se a corrente de comércio e os investimentos diretos entre China e Brasil.

O dinamismo da economia chinesa no século XXI é notório. Após sucessivos anos de crescimento acelerado do PIB, a taxas médias superiores a 8% a.a., a participação da China no PIB mundial aumentou de 3,7%, em 2000, para 12,3%, em 2014, e os elevou à condição de segunda maior economia do mundo (WITS-UNSD Comtrade, 2015). A economia chinesa teve seu maior impulso dado pela produção industrial de bens de consumo direcionados para exportação e pelo investimento interno, em especial no setor de construção civil, provocador de uma enorme demanda por aço e cimento. A parcela do valor agregado da produção industrial chinesa no total mundial subiu de 5,7%, em 2000, para 21,4%, em 2014 (Banco Mundial, 2016). A produção de aço da China cresceu 215%, de 2004 a 2013, de maneira que a participação do país na produção mundial subiu de um quarto do total, em 2004, para a metade do total, em 2013. Com vistas a abastecer com insumos sua crescente produção industrial, a China passou a ter participação preponderante sobre a demanda nos diversos mercados internacionais de *commodities*. Suas compras passaram a representar cerca de 60% do mercado mundial de minério de ferro, quase a metade do mercado de cobre e um terço do mercado de algodão (Arnold e Iosebashvili, 2014; Mukherji, 2015).

A expansão da economia chinesa naturalmente repercutiu no aumento das relações econômicas bilaterais Brasil-China. Observa-se o crescimento expressivo na corrente de comércio entre as duas nações e também o aumento do ingresso de investimento direto chinês no país, direcionado em especial aos setores de petróleo e secundariamente aos setores de informática e produtos eletrônicos. A China tornou-se o principal parceiro comercial asiático do Brasil, ao superar o Japão na primeira década do século XXI, e o principal parceiro comercial mundial em 2011, ao superar os Estados Unidos (primeiro no *ranking* desde 1930, ano em que superara a Inglaterra). Desde 2009, a China é o maior

6. Segundo o sítio eletrônico oficial do acordo (Brasil, 2011), o objetivo do Programa CBERS (Satélite Sino-Brasileiro de Recursos Terrestre) seria a “obtenção de uma poderosa ferramenta para monitorar seu imenso território com satélites próprios de sensoriamento remoto”.

mercado de destino de exportações do Brasil e, desde 2012, é o maior fornecedor de produtos importados (WITS-UNSD Comtrade, 2015). Para o empresariado brasileiro, a China passou a ser também um profundo desafio, tanto na busca em conhecer o florescente mercado interno chinês quanto na acirrada e, às vezes, desigual competição dos produtos chineses.

O aprofundamento das relações econômicas entre o Brasil e a China no período recente, embora inerente ao próprio dinamismo apresentado por ambas economias, foi estimulado por ações de governo e diplomacia. No âmbito diplomático, visitas de Estado recíprocas levaram o relacionamento bilateral para um novo patamar. A visita do presidente chinês Jiang Zemin ao Brasil, em 2001, apesar da estadia curta, foi mais um marco na relação entre os dois Estados. Na visita realizada pelo governo brasileiro aos chineses, em 2004, houve a criação da Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (Cosban) para a coordenação das inúmeras vertentes do relacionamento bilateral. Segundo Becard (2011), a comitiva brasileira incluía “nove ministros de Estado, seis governadores e aproximadamente quatrocentos empresários, e trouxe como resultado nove atos bilaterais e quatorze contratos empresariais”.

Na visita realizada pelo presidente chinês Hu Jintao, o Brasil reconheceu a China como economia de mercado por meio do memorando de entendimento sobre cooperação em matéria de comércio e investimento e, dessa forma, apoiou a adesão da China à Organização Mundial do Comércio. Em maio de 2009, a visita brasileira à China marcou a comemoração de 35 anos de relacionamento bilateral e desfechou um Plano de Ação Conjunto em vários temas econômicos relevantes nas áreas de comércio internacional, finanças, mineração, energia, agricultura, indústria, tecnologia, espacial, cultura e educação.⁷ Entre os tópicos listados no plano, mencione-se a “Agenda China”, na área comercial, o diálogo estratégico, criado em 2007 para fortalecer a convergência dos países em políticas comerciais, e o diálogo financeiro Brasil-China, estabelecido em 2008, para tratar de cooperação em políticas macroeconômicas e temas financeiros (Brasil, 2009). Em suma, as assinaturas de acordos, visitas e declarações oficiais de ambos os governos e o estímulo a novos negócios consistiam em pontes para o crescimento da relação econômica entre os países.

3.1 Comércio exterior Brasil-China no período 2001-2014

O comércio exterior bilateral Brasil e China apresentou crescimento significativo no período 2001-2014 ao passar de US\$ 3,2 bilhões, em 2001, para US\$ 83,3 bilhões, em 2013, apesar da queda nas exportações brasileiras registrada no ano seguinte.⁸ De fato, a corrente de comércio sino-brasileira registrou tendência de crescimento ao longo de todo o período, mesmo após a crise econômica mundial deflagrada em fins de 2008. Em termos agregados, o comércio bilateral apresentou em todos os anos, exceto em 2007 e 2008, saldo favorável ao Brasil, com o saldo médio anual no triênio 2011-2013 no patamar de US\$ 9 bilhões. Em 2007 e 2008, a balança foi desfavorável para o Brasil devido aos efeitos da crise mundial. Os dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic), apresentados no gráfico a seguir, ilustram essa evolução:

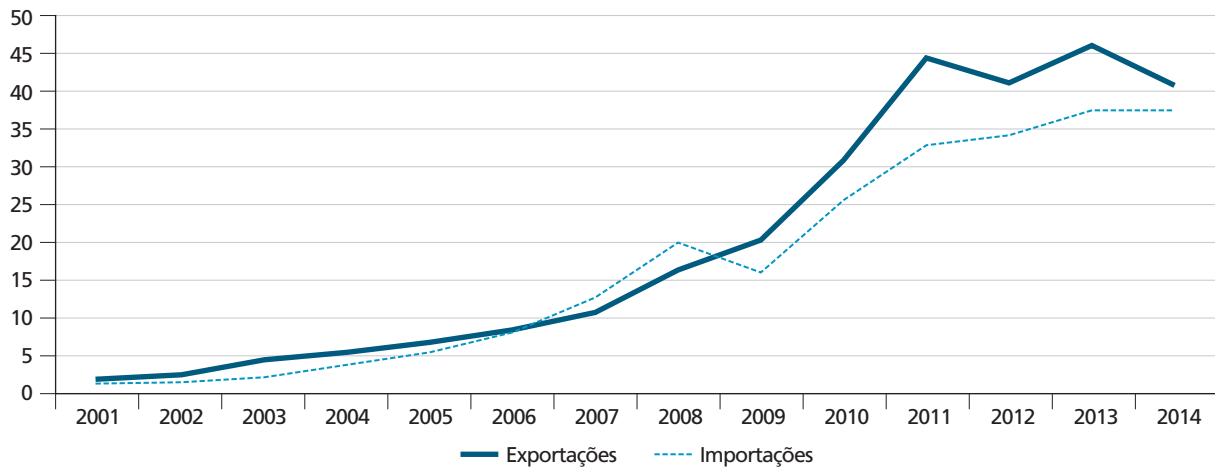
7. Mencione-se o interesse chinês na área de agricultura, com visitas chinesas aos pesquisadores e instalações da Embrapa. Becard (2011) assinala que “grupos de pesquisadores chineses participaram, por exemplo, de seminários sobre tecnologias agropecuárias e visitaram campos experimentais da Empresa”.

8. Há uma pequena queda na corrente de comércio entre 2007 e 2009.

GRÁFICO 2

Comércio entre Brasil e China: exportações e importações brasileiras (2001-2014)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

A análise da trajetória do comércio bilateral Brasil-China evidencia que o aumento nas trocas respondeu à intensa expansão da produção industrial da China. Se do ponto de vista agregado, a relação bilateral é bastante vantajosa para o Brasil, na visão setorial, a relação comercial embute uma situação quase subalterna para o Brasil. No lado das exportações, o Brasil assumiu claramente o papel de fornecedor de insumos e energia necessários à sustentação da produção industrial chinesa e, ao longo dos anos, as vendas ficaram ainda mais concentradas em minério de ferro, o principal insumo para o aço, além de algodão, petróleo, soja e outros minérios. As importações, ao contrário, antes concentradas em combustíveis e bens industriais de consumo (por exemplo, brinquedos e aparelhos elétricos), passaram a incluir um conjunto diversificado de bens industriais, desde vestuário e malas até bens de capital para transporte, energia e petróleo e, também, produtos metalúrgicos, eletrônicos, de telefonia e de informática, adubos, fertilizantes e inseticidas, automóveis e autopeças.⁹ No caso de produtos siderúrgicos, o Brasil transitou de exportador para importador no período.

A relação comercial bilateral entre os países caracteriza-se pela exportação brasileira estar concentrada em produtos básicos, em especial minério de ferro, soja e petróleo, e a importação constituir-se de bens industriais com maior valor agregado, como máquinas. Os principais produtos vendidos pelo Brasil aos chineses no período foram: minérios de modo geral (37,8%), com destaque para minério de ferro, vegetais (31,9%), combustíveis (9,8%), madeira (4,5%) e metais (3,8%). Alimentos, antes pouco exportados, superaram os metais, a partir de 2010, e, em 2012, representavam 4,1% da pauta (ante 2,4% dos metais). As matérias-primas representaram 74,0% dos US\$ 10,7 bilhões exportados em 2007 e 77% dos US\$ 16,4 bilhões vendidos em 2008 pelo Brasil para a China. E como a China passou a ter peso considerável no comércio exterior brasileiro, tal característica também pode ser verificada na balança comercial brasileira como um todo. A pauta de exportações brasileiras tornou-se muito concentrada em bens primários.

As exportações no período 2005-2012 tiveram aumento de mais de 600%, com o aumento de US\$ 6,8 bilhões, em 2005, para US\$ 41,2 bilhões, em 2012. O crescimento anual variou de

9. Parte das importações é proveniente de empresas chinesas e a outra é de empresas de Cingapura, Taiwan e demais países asiáticos que instalaram bases de produção em território chinês.

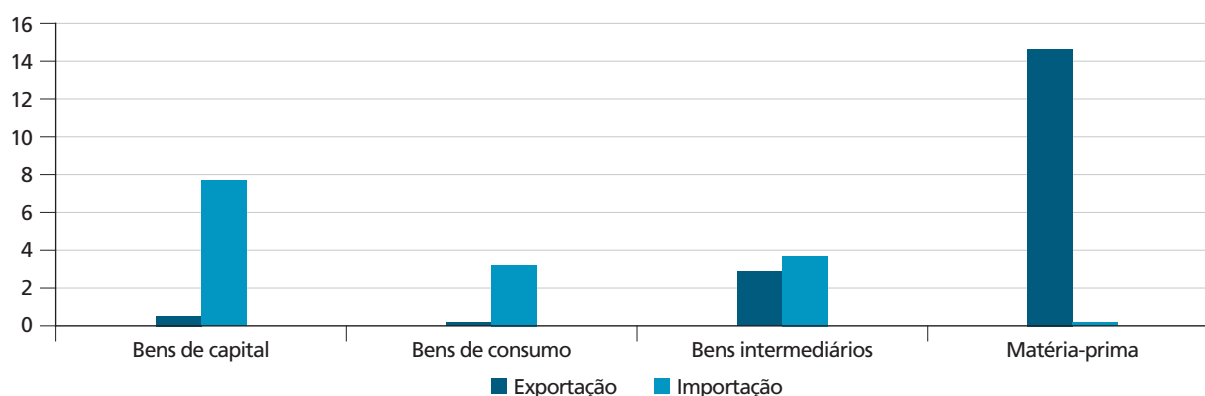
22,0% a 53,0%, com média de 30,7% a.a. As exportações tiveram aumento constante até 2011 e as importações diminuíram apenas em 2009 (-25,0%) (Brasil, 2016).

As importações apresentaram crescimento contínuo e acelerado entre 2001-2013, com exceção do ano de 2009, quando recuaram de US\$ 20 bilhões para US\$ 15,9 bilhões. Ao ritmo médio de expansão anual de 35%, as importações cresceram mais de trinta vezes no período. No período 2005-2012, os produtos mais comprados pelo Brasil foram: *i*) máquinas e produtos elétricos (52,1%); *ii*) produtos químicos (9,3%); *iii*) vestuário e têxteis (8,5%); metais (7,8%); e *iv*) aqueles considerados como miscelânea (diferentes tipos não enquadrados nas categorias estabelecidas pelo WITS) (7,5%). Os produtos detentores de aumento substancial na pauta de importações foram os plásticos ou borrachas e material de transporte (veículos ou peças), com o crescimento no período de, respectivamente, US\$ 139 milhões para US\$ 1,4 bilhão e US\$ 93 milhões para US\$ 1,2 bilhão.

O gráfico 3, a seguir, busca enfatizar essa assimetria na inserção comercial, pela qual o Brasil vende matérias-primas e compra bens industriais de maior valor agregado. O outro lado da moeda desse arranjo de comércio exterior, no que diz respeito à produção industrial, foi a pujança da indústria chinesa e a debilitação da indústria brasileira.

GRÁFICO 3

Média anual das exportações e importações brasileiras no comércio com a China, por tipo de bem (2001-2013)
(Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

3.2 Comércio exterior Brasil-China 2014-2015

Desde 2012, a China ingressou em uma fase de desaceleração econômica e de redefinição dos vetores de expansão produtiva. O crescimento do PIB desacelerou à medida que diminuiu o impulso dado pelo investimento e pela construção civil; em compensação, cresce o impulso advindo do consumo, estimulado pelo aumento da renda interna, com ênfase nos setores de serviços e na indústria de bens de consumo, como alimentos e automóveis. Se até 2011 a China focou nos mercados externos e na atração de capital, ocorreu desde então, uma mudança para o mercado interno, em suas dimensões de consumo, renda e crédito, inclusive com ações de combate à desigualdade social.

O ciclo de forte expansão seguido de iminente saturação do investimento em construção repercutiu fortemente no setor de aço: a demanda de aço na China, que crescera 10,5% a.a. no período 2009-2013, retraiu 3,3%, em 2014, e com isso a produção chinesa de aço, após anos de expansão, nada aumentou

em 2014 (World Steel Association, 2015). Diante dessa situação, o governo e as empresas da China buscam reagir com uma combinação de alternativas: *i*) redução da produção de aço, em particular, a parcela mais poluidora e menos eficiente; *ii*) deslocamento de parte da produção para mercados externos; e *iii*) deslocamento de parte da produção de aços longos (atende a construção) para aços planos (direcionados a veículos e eletrodomésticos).

O comércio exterior brasileiro sente e seguirá sob a influência dessa transição. Desde 2012, o país registra declínio do saldo comercial em minério de ferro e siderúrgicos, a despeito da expansão de oferta competitiva de boa qualidade. Esse impacto negativo, no entanto, vem sendo gradualmente amenizado pelo aumento das importações chinesas vinculadas às necessidades domésticas de consumo. Nesse novo cenário, seguem firmes e crescentes as vendas brasileiras de soja e celulose, e são promissoras as perspectivas para venda de carnes. Além disso, alinhada com seus investimentos diretos no setor de petróleo, a China amplia suas compras nesse setor brasileiro.

Em 2014 e 2015, a corrente de comércio bilateral apresentou declínio. Em 2014, as exportações brasileiras para a China declinaram 12,3%, de US\$ 40,6 bilhões para US\$ 35,6 bilhões, em linha com o acentuado recuo de preços do minério de ferro (queda de 51%). Em 2015, foi a vez das importações brasileiras com origem na China diminuírem sob efeito do desaquecimento econômico e da desvalorização cambial vividos pelo país. A China manteve-se como o maior parceiro comercial do Brasil, mas o saldo comercial favorável ao Brasil diminuiu dos US\$ 8 bilhões, em 2013, para US\$ 3,2 e US\$ 4,8 bilhões, em 2014 e 2015, respectivamente.

Em relação às exportações por tipo de bem, como visto na tabela 1, prossegue a predominância de matérias-primas nas vendas externas brasileiras para a China. As *commodities* representaram US\$ 28,5 bilhões da exportação brasileira de 2015 (80,3% do total). Os bens semimanufaturados estão na segunda colocação com US\$ 4,6 bilhões (13,2%). Na terceira colocação, os produtos manufaturados com US\$ 2,2 milhões (6,4%) e as consideradas operações especiais com US\$ 27,8 milhões (0,1%).

TABELA 1

Exportação por produtos do Brasil para a China
(Média 2014-2015)¹⁰

Tipos de produtos	Valor (em US\$ bilhões)	Participação no total (%)
Soja, mesmo triturada, exceto para sementeira	16,2	42,6
Minérios de ferro não aglomerados e seus concentrados	8,7	22,5
Óleos brutos de petróleo	3,8	10,1
Pasta química de madeira não conífera, a soda ou sulfato, crua	1,5	4,1
Outros açúcares de cana	0,8	2,1

Fonte: Brasil (2016).

As importações brasileiras com origem na China, no tocante aos produtos por tipo de bens, registram uma concentração de 98,8% em bens industrializados, o que mantém a característica do período anterior já comentado. Os bens manufaturados lideraram as importações, com valor, em 2015, de US\$ 29,8 bilhões (97,1%), seguidos pelos bens semimanufaturados com US\$ 117,1 milhões (0,4%) e de produtos básicos com US\$ 758,9 milhões (2,5%). No tocante aos tipos de produto, o desempenho tem sido conforme a tabela a seguir:

10. Os valores destacados correspondem aos NCM: 12019000, 26011100, 27090010, 47032900, 17011400.

TABELA 2

Cinco principais produtos importados pelo Brasil com origem na China (2015)

Tipos de produtos	US\$	% no total
Outras partes para aparelhos de telefonia/telegrafia	1.261.003.015	4,10
Outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, televisão etc.	1.185.835.691	3,86
Barcos, faróis, guindastes, docas, diques flutuantes etc.	947.736.499	3,09
Terminais portáteis de telefonia celular	370.370.454	1,21
Litorinas (automotoras) de fonte externa de eletricidade	360.406.496	1,17

Fonte: Brasil (2016).

3.3 Características da inserção comercial atual de Brasil e China

A inserção comercial internacional do Brasil e da China desenvolveu-se de tal forma que, no século XXI, a posição de cada país é bem diferenciada uma da outra. A China hoje é o maior importador e o segundo maior exportador mundial (WITS-UNSD Comtrade, 2015). A China está em um processo intenso de conquista de novos mercados e com diferentes produtos, desde produtos eletrônicos de tecnologias de informação e comunicação até serviços de construção de usinas nucleares para fornecimento de energia elétrica. O Brasil, por sua vez, tem ocupado posições menos relevantes no comércio internacional. Em termos de exportação, o Brasil esteve em 2014, na 22ª colocação, nível de Malásia e Polônia. Nas importações, encontrava-se também em 22º lugar, com a Tailândia à frente e a Polônia em seguida.

TABELA 3

Exportações chinesas por país e região (2014)

Regiões/países	Participação no total (%)
Por regiões	
Leste Asiático e o Pacífico	40,2
Europa e Ásia Central	20,5
América do Norte	18,2
Oriente Médio e Norte da África	6,2
América Latina e Caribe	5,8
Por países	
Estados Unidos	16,9
Hong Kong ¹	15,5
Japão	6,4
Coreia do Sul	4,3
Alemanha	3,1

Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

Nota: ¹ O território de Hong Kong é o distrito administrado pela China desde a entrega pelo Reino Unido em 1/7/1997 e, apesar de ser tratado por lei como zona autônoma e chamada de região administrativa especial, a troca de produtos entre o país central e a região é considerada na balança comercial chinesa.

O comércio chinês com outros países alcançou valores expressivos. Em 2014, o valor exportado somou US\$ 2,2 trilhões. Esse desempenho está associado ao intenso desenvolvimento industrial que consolidou o país como importante provedor mundial de bens. Vale ressaltar o parque industrial e a infraestrutura instalados em cidades como Guangzhou, Tiansen e Xangai; o marco institucional voltado para a atração de capital externo para esses locais; e a grande disponibilidade de mão de obra

com crescente especialização, uma vez verificados os índices de acadêmicos, engenheiros e técnicos, conforme destaca Shenkar (2005). A pauta de produtos vendidos pelos chineses ao exterior, na média 2013-2014, abarca máquinas e equipamentos elétricos e eletrônicos (42,0%), têxteis e vestuário (12,3%), metais (7,5%) e ferro e vidro (4,5%). Os produtos industrializados (bens de capital, intermediários e de consumo) representam 98,35% da pauta, e a participação de matéria-prima é ínfima (apenas 1,65%). O Brasil ocupa a nona posição na pauta chinesa de exportação.

TABELA 4

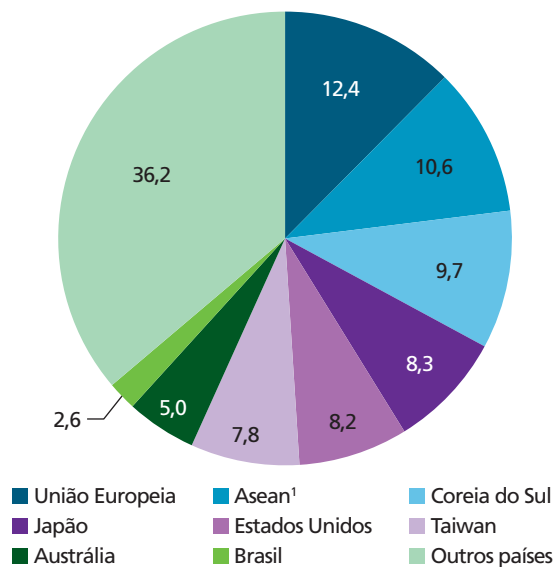
Importações chinesas por tipo de produto (2014)

Tipo de produto	Participação no total (%)
Bens de capital	37,4
Matérias-primas	26,9
Bens intermediários	19,3
Bens de consumo	11,8

Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

As importações chinesas por tipo de produtos refletem sua estrutura produtiva voltada para o processamento industrial: na média 2013-2014, mostrada na tabela a seguir, metade das importações corresponde a matérias-primas e bens intermediários. Além disso, o funcionamento da indústria também exige compra de maquinários e equipamentos e os bens de capitais lideram a pauta de importação chinesa.

GRÁFICO 4

Importações chinesas por parceiro econômico (2014)

Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

Nota: ¹ Asean (Associação de Nações do Sudeste Asiático) inclui Brunei, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Mianmar (Burma), Filipinas, Cingapura, Tailândia e Vietnã.

Assim como verificado nas exportações, além de países como Estados Unidos, Alemanha e Brasil, a China importa dos seus vizinhos Japão, Coreia do Sul, Malásia e Austrália. Seus vizinhos asiáticos do Leste Asiático e Pacífico foram os principais fornecedores de mercadorias, com US\$ 836,2 bilhões (42,7%).

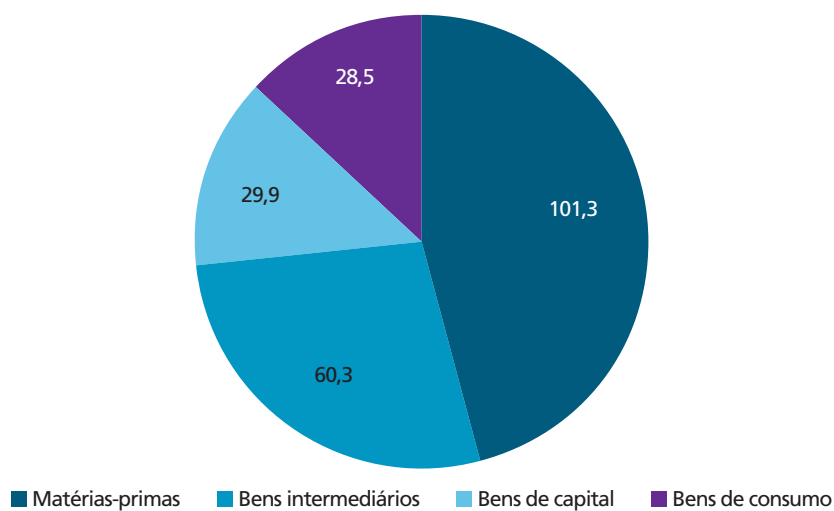
Em seguida, está a Europa e Ásia Central, com vendas de US\$ 359,4 bilhões (18,4%). Por sua vez, a América do Norte teve US\$ 185 bilhões (9,4%). Em quarto lugar, o Oriente Médio e África do Norte com US\$ 165,7 bilhões (8,5%). A América Latina e o Caribe estão posicionados apenas em quinto lugar nas aquisições chinesas, com US\$ 126 bilhões (6,4%). Conforme o gráfico a seguir, os principais países de origem das importações chinesas são, além dos Estados Unidos, os asiáticos Japão, Coreia do Sul e Taiwan, com US\$ 151,9 bilhões (7,9%). O Brasil ocupa atualmente a 8ª posição na pauta chinesa de importação (gráfico 4).

Em 2015, o Brasil exportou para o mundo, US\$ 191,1 bilhões e importou US\$ 171,4 bilhões. Pelos dados do Mdic (Brasil, 2016), na soma de exportações e importações, o total capitalizado pelo Brasil foi de US\$ 362,5 bilhões, com 215 países e/ou blocos. Em termos de produtos, as exportações estão concentradas em *commodities*, com quase metade das vendas em matérias-primas, enquanto as importações mostram relativo equilíbrio entre os diferentes grupos de bens, mas com participação menor de matérias-primas. Na análise das exportações por tipo de produto, em 2015, verificam-se as sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palhas e forragens em primeiro lugar com US\$ 21,2 bilhões (11,0% do total). Em seguida, estão os minérios, escórias e cinzas, com US\$ 16,6 bilhões em vendas para o exterior (8,6%), os combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais com US\$ 13,7 bilhões (7,1%), as carnes e miudezas, comestíveis com US\$ 13 bilhões (6,8%) e reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e suas partes com US\$ 11,3 bilhões (6,1%) (Brasil, 2016).

GRÁFICO 5

Exportações brasileiras por tipo de produto (2014)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

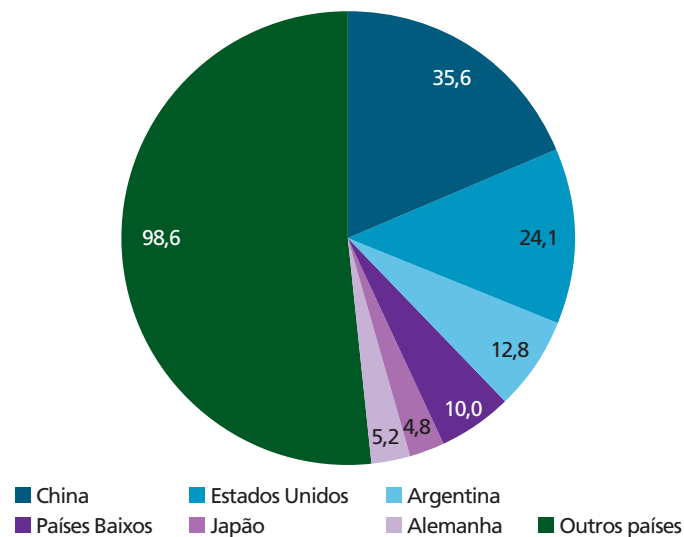
Os principais parceiros comerciais do Brasil no mundo, em 2014, e por região e país no Comtrade incluem atualmente tanto parceiros tradicionais quanto parceiros que cresceram em relevância recentemente, caso da China. O Leste Asiático e o Pacífico lideram com US\$ 66,4 bilhões em compras de produtos brasileiros (29,5% do total). Desse valor, verifica-se que US\$ 40,6 bilhões direcionam-se para a China (18,0%) e US\$ 6,7 bilhões para o Japão (2,9%). A seguir, vê-se Europa e Ásia Central com US\$ 51,2 bilhões (23%). Na sequência, América Latina e Caribe com US\$ 45,1 bilhões (20,1%),

a Argentina com US\$ 14,3 bilhões (6,3%) e América do Norte com US\$ 29,5 bilhões (13,1%), dada a presença dos Estados Unidos com US\$ 27,1 bilhões (12%) (WITS-UNSD Comtrade, 2015). No gráfico abaixo, está disponível o resultado de 2015, já com os dados provenientes do Mdic:

GRÁFICO 6

Exportações brasileiras por parceiro econômico (2015)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: Brasil (2016).

No tocante aos produtos pelo tipo em 2015, os combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação, matérias betuminosas e ceras minerais foram os mais importados pelo Brasil com US\$ 24,9 bilhões (14,5%). Em segundo, os reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes com US\$ 24,8 bilhões (14,5%). Em terceiro, as máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão e suas partes e acessórios com US\$ 20,3 bilhões (11,9%). Na quarta posição, os veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios foram comprados do exterior com US\$ 13,5 bilhões (7,9%). Em quinto, os produtos químicos orgânicos tiveram US\$ 7,1 bilhões (4,1%) (Brasil, 2016).

TABELA 5

Importações brasileiras por tipo de produto (2014)

Tipo de bens	US\$ bilhões	Participação no total (%)
Bens de capital	75,3	32,9
Bens de consumo	65,2	28,5
Bens intermediários	60,9	26,6
Matérias-primas	26,7	11,7

Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

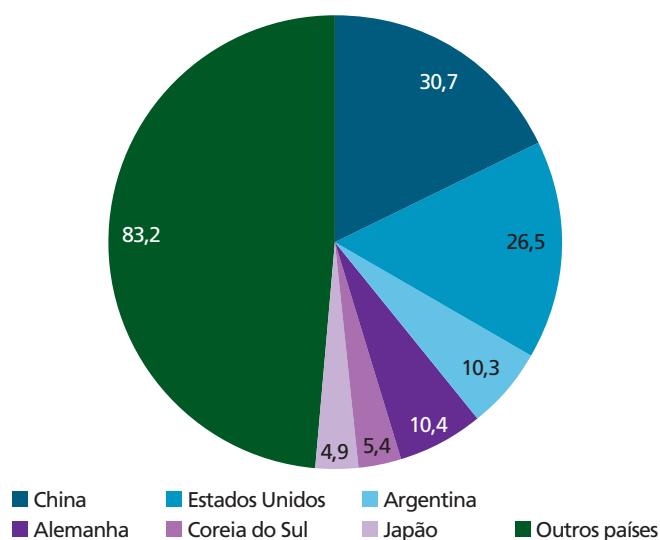
No tocante às compras internacionais do Brasil, considerado o ano de 2014, os cinco principais países fornecedores são: China, com US\$ 37,3 bilhões (16,3% do total); Estados Unidos,

com US\$ 35,3 bilhões (15,4%); Argentina, com US\$ 14,1 bilhões (6,2%); Alemanha, com US\$ 13,8 bilhões (6,1%); e Nigéria, com US\$ 9,5 bilhões (4,1%). Em termos de regiões, a presença maior é do Leste Asiático e do Pacífico, com US\$ 62,5 bilhões (27,3%), e a China é bastante representativa nessa parcela. Em segundo, a Europa e a Ásia Central com US\$ 55,5 bilhões (24,2%). A seguir, América do Norte, com US\$ 38 bilhões (16,6%); América Latina e Caribe, com US\$ 36,9 bilhões (16,1%); e África Subsaariana, com US\$ 12,7 bilhões (5,5%).

GRÁFICO 7

Importações brasileiras por parceiro econômico (2015)

(Em US\$ bilhões)



Fonte: WITS-UNSD Comtrade (2015).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A China e o Brasil apresentam similaridades, como economias emergentes de grande território e população, marcadas historicamente por desenvolvimento industrial tardio, porém relevante, por fases aceleradas de urbanização, aumento de renda interna e crescimento do PIB e por desenvolvimento regional desigual, além de subsistirem ainda regiões subdesenvolvidas e carências sociais. Apesar dessas condições históricas parecidas, o século XXI distanciou as economias de uma maneira brutal. O crescimento da China no mercado internacional até o ponto atual como grande potência mundial denota um processo de investimento pesado na indústria e em infraestrutura. Por sua vez, o Brasil enfrentou problemas de competitividade e tendeu a retroceder para a exportação de matérias-primas.

A relação econômica sino-brasileira neste início do século XXI apresenta maior entrelaçamento pelo aumento expressivo nos fluxos de comércio e investimento, por uma gradual aproximação no campo financeiro e por iniciativas articuladas nos fóruns multilaterais e fora deles. Em um período em que tradicionais parceiros comerciais como os Estados Unidos e a Europa atravessaram e ainda se recuperam de uma grave crise econômica, a China tornou-se um mercado de destino certo e crescente. Nos leilões recentes mais relevantes de concessões públicas, por exemplo, a participação dos chineses tem sido crucial.

Por outro lado, é notório o interesse da China em estabelecer uma relação bilateral pela qual adquire matérias-primas e nos vende bens industriais, a partir da aplicação na prática, da teoria de vantagens comparativas ou uma relação centro-periferia, feita assim uma espécie de versão revigorada e atualizada para o século XXI daquilo que foi a Inglaterra no século XIX. A exportação brasileira para a China e, por seu peso no total, para o mundo, é concentrada em *commodities* de menor valor agregado e sujeitas a dramáticas mudanças de preço associadas às condições econômicas mundiais. A China, por sua vez, apresenta-se como produtora e ofertante de bens industriais (inclusive bens de capital).

Para o Brasil, portanto, a China tem sido a principal oportunidade e o desafio no comércio exterior no século XXI. De fato, do ponto de vista setorial, a China tem sido uma oportunidade para a agropecuária e a indústria extrativa, e um desafio para a indústria de transformação. Há hoje grande esforço em trazer o mercado chinês para perto do empresariado brasileiro, mesmo com as deficiências nacionais em quesitos de competitividade (infraestrutura, logística, custos do crédito, do trabalho e tributário).

Nessa nova fase econômica, a China provavelmente manterá taxas de crescimento do PIB menores, mas ainda expressivas. As informações hoje disponíveis a respeito da oferta de mão-de-obra avançaram em educação e tecnologia, e condições financeiras e de capital não levam a crer que o crescimento chinês será interrompido. Note-se que mesmo o menor ritmo de crescimento do PIB pode garantir acréscimo de demanda equivalente ao da fase anterior, pois a base econômica já é bem maior, e pode também assegurar um aumento de emprego urbano interno equivalente ao da fase anterior, pois a economia mais voltada para o consumo dinamiza os serviços, setor que costuma empregar maior contingente de pessoas que a indústria.

Considerando que a composição setorial do crescimento na China será bastante distinta da fase anterior, decerto haverá repercussão distinta nos diversos mercados de comércio mundial e no comércio exterior do Brasil. De um lado, nos mercados de aço e minério de ferro, o excedente de oferta seguirá determinada pela acirrada disputa por mercados e pressão de baixa de preços. Com excesso de oferta, a China concorrerá com o produto brasileiro no mercado interno e em terceiros mercados. De outro lado, a tendência de manutenção da expansão de emprego, salários, crédito ao consumo e consumo interno na China tende a ampliar suas importações de alimentos e a deslocar parte de sua oferta de bens industriais de consumo do mercado externo para o mercado interno. Não apenas o Brasil poderá exportar mais soja, carnes e outros alimentos, como poderá reduzir importações de têxteis, vestuário, malas e eletrodomésticos, sobretudo se persistir a atual taxa de câmbio mais favorável ao produto brasileiro do que há alguns anos. No caso do petróleo, os investimentos diretos realizados no Brasil fazem crer que a China não deixará de buscar aqui a parcela de suas necessidades de suprimento. Essas são impressões preliminares. Para isso será necessária uma análise minuciosa a respeito de como a transição econômica na China afetará a pauta de comércio brasileira e sobre o que se pode capturar do mercado chinês para o Brasil.

Uma recomendação para o aprofundamento das relações entre o Brasil e a China, é investir no incremento dos fluxos de investimento direto da China na infraestrutura brasileira e nas ações do agrupamento Brics, em particular no efetivo desenvolvimento do Novo Banco de Desenvolvimento. Tal fator pode revelar-se uma iniciativa importante de apoio financeiro ao país e a projetos estratégicos de países menores, que poderão identificar o Brasil como uma liderança positiva no cenário internacional.

REFERÊNCIAS

- ARNOLD, W.; IOSEBASHVILI, I. Mercados ficam mais otimistas sobre apetite da China por matérias-primas. **The Wall Street Journal**. Disponível em: <<http://goo.gl/tyXyL7>>. Acesso em: 25 abr. 2014.
- BANCO MUNDIAL. Explore. Create. Share: Development Data. **World Data Bank**. Disponível em: <<http://goo.gl/hZjHCQ>> Acesso em: 2016
- BECARD, D. O que se esperar das relações Brasil-China? **Revista de Sociologia Política**, 31-44, 2011.
- BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comunicado conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da China sobre o contínuo fortalecimento da parceria estratégica**. Disponível em: <<http://goo.gl/5GL2YU>>. Acesso em: 27 out. 2015.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (DEAEX). **Estatísticas de comércio exterior: Intercâmbio comercial brasileiro: países e blocos econômicos: países e blocos**. China. Disponível em: <<http://goo.gl/B70Mfg>>. Acesso em: 22 jan. 2016.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Exportação 2015 – NCM 8 dígitos**. Disponível em: <<http://goo.gl/Twp6ED>>. Acesso em: 24 fev. 2016.
- _____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Importação 2015**. Disponível em: <<http://goo.gl/YKQhrl>>. Acesso em: 2016.
- CBERS – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS. **Introdução**. 2011. Disponível em: <<http://goo.gl/oF7VnW>>. Acesso em: 3 nov. 2015.
- BRICS – BRASIL, RÚSSIA, ÍNDIA, CHINA, ÁFRICA DO SUL. **Joint Statement of the BRIC Countries' Leaders**. Disponível em: <<http://goo.gl/70h0IL>>. Acesso em: 21 out. 2015.
- _____. **Memorandum of understanding on cooperation with the new development bank**. Russia: 2009. Disponível em: <<http://goo.gl/TR1mez>>. Acesso em: 29 out. 2015.
- CHINA. Ministry of Commerce People's Republic of China. **FDI inflows into China 1984-2014**. Disponível em: <<http://goo.gl/kbVBPc>>. Acesso em: 2015.
- DE NEGRI, F. **O perfil dos exprotadores industriais brasileiros para a China**. Brasília: Ipea, 2005, p. 1-25. (Texto para Discussão).
- DE OLIVEIRA, H. Brasil-China: trinta anos de uma parceria estratégica. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 2004, p. 1-30.
- IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. As transformações estruturais do comércio exterior chinês. **Comunicados do Ipea**, n. 97, p. 1-47, 30 jun. 2011.
- LAWRENCE, S. **China's political institutions and leaders in charts**. Washington DC: Congressional Research Service, 2013.
- LI, C. The end of the CCP's resilient authoritarianism? A tripartite assessment of shifting power in China. **The China Quarterly**, 2012, p. 595-623.
- MIURA, Y. The income distribution policies of the Xi Jinping administration in China The Limits of Minimum Wage Increases. **Pacific Business and Industries**, 2013, p. 2-28.
- MUKHERJI, B. Mesmo com economia abatida, China ainda sustenta setor de commodities, **The Wall Street Journal**, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/hldK6h>>. Acesso em: 26 ago. 2015.
- NAUGHTON, B. Is there a “Xi Model” of economic reform? Acceleration of economic reform since fall 2014. **China Leadership Monitor**, 19 mar. 2015, p. 1-14.

NONNENBERG, M. **China**: Estabilidade e crescimento econômico. Brasília: Ipea, 2010, p. 1-26. (Texto para discussão, n. 1470).

SHENKAR, O. **The Chinese Century**. New Jersey: Wharton School Publishing, 2005.

Brasil sobe para 6º no ranking dos mais atrativos para IED, diz Unctad. **Valor Econômico**, São Paulo, 24 jun. 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/VYGC2f>>. Acesso em: 29 out. 2015.

China avisa que pode acionar OMC contra o Brasil. **Valor Econômico**, São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://goo.gl/Dqv8PG>>. Acesso em: 15 de dez. 2015.

VIGEVANI, T.; DE OLIVEIRA, M.; CINTRA, R. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Tempo Social**, 2003, p. 31-61.

WITS-UNSD – WORLD INTEGRATED TRADE SOLUTION-UNITED NATIONS STATISTICS DIVISION. **China Exports by Country 2014**. Disponível em: World Integrated Solution: <<http://goo.gl/KIVRIq>>. Acesso em: 10 out. 2015.

_____. **World Integrated Solutions**. Disponível em: <<http://goo.gl/2hbb6H>>. Acesso em: 7 out. 2015.

WORLD STEEL ASSOCIATION. **World Steel in figures 2015**. Disponível em: <<http://goo.gl/PTssj>>. Acesso em: 2015.

WTO – WORLD TRADE ORGANIZATION. **Integrated Trade Intelligence Portal**. Disponível em: <<http://goo.gl/JxMdI3>>. Acesso em: 21 jan. 2016.